RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Reforma tributária: entre o manicômio e o desconhecido

A adaptabilidade, a capacidade do ser humano de se acostumar com qualquer situação, é apontada pela biologia como uma das características que faz o homem ter domínio sobre as demais espécies. Há milênios, existe gente no deserto e também no Pólo Norte. No alto do Himalaia e vivendo na Holanda, abaixo do nível do mar.

Somente, porém, uma situação muito extrema fará um esquimó sair de onde vive para se juntar a um beduíno no Saara. O mesmo fator que ajuda o homem a se adaptar a qualquer lugar e situação é também o que o faz resistir a mudanças.

Talvez a adaptabilidade ajude a explicar a fase atual da reforma tributária. Na terça-feira (17), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado fará uma audiência pública para discutir os problemas que persistem para que se inicie no ano que vem a reforma tributária.

Há mais de 30 anos, é um consenso na sociedade brasileira a necessidade de reformar o sistema de impostos do país. Tão complexo, cheio de tributos que se sobrepõem, com cobranças feitas várias vezes em diversas etapas, que passou a ser batizado de "manicômio tributário". Depois de anos de tentativas e de discussões, finalmente se chegou a um novo modelo de cobrança.

parentemente simples, substitui tudo o que hoje se cobra por dois Impostos de Valor Agregado (IVAs), um cobrado pela União (que vai se chamar Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), outro pelos estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS). Resolveu-se criar ainda um terceiro imposto, com alíquota maior para aquilo que faz mal à saúde ou à natureza, o Imposto Seletivo, que ganhou o apelido de Imposto do Pecado.

Pronto. Abriu-se o caminho para que o brasileiro tivesse alta do manicômio. Às vésperas da audiência na CAE, no entanto, há sinais de que ele talvez tenha se acostumado com o hospício e prefira não sair dele.

No dia 6 de novembro, chegou às mãos do presidente da CAE, senador Eduardo Braga (MDB-AM), uma carta aberta assinada por 75 entidades representativas do setor produtivo brasileiro pedindo o adiamento do início da reforma tributária. A mudança prevê que no ano que vem se inicie o período de testes do novo modelo, uma fase de transição na qual os novos impostos começarão paulatinamente a ser cobrados juntamente com os atuais. A cada ano, a proporção dos novos aumenta, a dos atuais diminui, até que em 2032 só se cobrem os três novos impostos.

Por que o setor produtivo pede para ficar mais um tempo no manicômio? Não é por loucura, mas por racionalidade. A razão é que ainda existe uma série de fatores que precisam ser mais bem esclarecidos.

O primeiro grande problema está relacionado à alíquota de cobrança da CBS, o imposto federal. O Tribunal de Contas da União (TCU) calculou que essa alíquota ficará em 11,3%. É muito mais alta do que se imaginava quando se aprovou a reforma: uma alíquota em torno de 9%. Unindo-se, então, a CBS ao IBS, o cálculo é que, ao final, o brasileiro pagará uma altíssima alíquota média de mais de 30% sobre o produto ou o serviço que consumir.

A primeira coisa que vai se discutir na CAE na terça-feira, portanto, é se há alguma forma de reduzir esse valor. O Congresso terá que fixar a alíquota até o final do ano para que os testes possam acontecer no ano que vem.

Quanto à IBS, durante um bom tempo houve uma briga entre os municípios para definir a sua composição. Finalmente, a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que representa capitais e cidades maiores, e a Confederação Nacional dos Municípios (CMN), mais ligada às cidades menores, chegou a um acordo, e foram indicados os 27 representantes municipais (os 27 secretários de Fazenda são os representantes estaduais). Mas ainda há diversas dúvidas.

"A apuração assistida de CBS e IBS é instável e incompleta, e não há ambiente de testes com dados e cenários equivalentes aos de produção", reclamam as 75 entidades que assinaram a carta aberta.

O sistema tributário atual pode ser um manicômio. Mas entre o hospício e o desconhecido, os empresários parecem querer ficar com o hospício.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

A América Latina convertida

Nos anos sessenta e setenta, a América Latina, em especial a do Sul, superou grave risco político ao frear a escalada das esquerdas, financiadas pela União Soviética via Havana, que visava levar a região para área de influência comunista, inclusive aproveitando a orientação mais à esquerda do governo Carter.

A reação através dos regimes de influência militar, como no Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi positiva também sob o ponto de vista da economia. Na Argentina, a violência extrapolou e marcou um período difícil, enquanto o Chile deu seu grande impulso com os anos com ordem e progresso proporcionado pelos feitos do regime ao buscar respaldo na chamada "escola de Chicago". O Uruguai comprovou o alto nível da educação no país, ao eleger governos mais à esquerda que não mexeram na estrutura capitalista que fez de sua capital uma das principais praças bancárias da América Latina.

Hoje Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Bolívia estão alinhados ao capitalismo e crescendo na economia e no social. Não faz sentido o Brasil fugir a esta realidade. O modelo que encanta o mundo petista está derretendo, desde a Venezuela a Cuba, que vive degradação de dar pena.

As chances de o Brasil tirar maior proveito são pequenas, pois ainda persiste uma mentalidade protecionista cheia de barreiras ao empreendedor. Já será um ganho não afrontar a realidade do momento. Lula nem sempre, tem mostrado juízo ao recuar da agressividade em relação aos EUA, quando viu que a população quer progresso e não discurso. Na ONU ninguém deu bola, mas para discurso.

O Brasil tem vocação conservadora, votando nas majoritárias federais em nomes de esquerda ou do baixo populismo, pela falta de lideranças e de união. Mas fez uma maioria parlamentar que garante o respeito ao razoável.

E Lula parece outro, ouvindo economistas e empresários, embora ache a crise menor do ela é. Pode inaugurar uma esquerda realista que saiba conviver com o capital como ocorre na Europa e nos EUA.

EDITORIAL

O trabalho e o cuidado que a lei não garante

Restringir o acesso a atividades que provocam danos à população pode ser uma medida necessária, mas está longe de representar uma solução completa. Quando o assunto envolve compulsões e dependências, a proibição atua sobre a oferta, mas não necessariamente sobre o comportamento de quem já desenvolveu uma relação problemática com determinada prática. É por isso que o enfrentamento dos vícios precisa ser tratado também como uma questão de saúde pública, com políticas permanentes de prevenção, acolhimento e tratamento.

A decisão de proibir as bets no Brasil representa uma tentativa de conter um problema que ultrapassou o campo financeiro e passou a afetar a saúde mental, as relações familiares e a vida profissional de milhares de pessoas. Entretanto, a interrupção do acesso às plataformas não apaga dívidas, ansiedade, depressão ou a dificuldade de controlar o impulso de apostar. Para quem já enfrenta uma dependência, a retirada do estímulo não significa o fim do sofrimento.

Os números ajudam a dimensionar o desafio. Entre 2018 e 2025, os atendimentos relacionados a jogo patológico e problemas com apostas cresceram cerca de 140% no Sistema Único de Saúde. A projeção do Ministério da Saúde aponta para uma nova elevação até 2028. Além disso, um estudo estima em R$ 38,8 bilhões anuais o custo social associado aos jogos, com a maior parte desse valor relacionada a consequências na saúde. Não se trata, portanto, de um problema restrito às escolhas individuais ou ao orçamento doméstico. Seus efeitos alcançam toda a sociedade.

A compulsão não desaparece por decreto. Pessoas que desenvolveram comportamentos viciantes precisam de acompanhamento especializado para compreender os fatores que alimentam essa relação, recuperar o controle sobre a própria rotina e reconstruir vínculos afetados. Sem esse suporte, existe o risco de que o sofrimento permaneça ou encontre outras formas de manifestação. A resposta do poder público precisa considerar a dimensão psicológica e comportamental do problema, e não apenas suas consequências mais visíveis.

Isso exige investimento consistente na rede pública de saúde. É necessário ampliar a oferta de atendimento psicológico, fortalecer os serviços de saúde mental, preparar profissionais para identificar sinais de dependência e capacitar equipes para acolher pacientes sem julgamento.

OPINIÃO DO LEITOR

Lugar privilegiado

Há 1,5 milhão de anos surgiram os primeiros textos produzidos pelo ser humano. No universo das artes, a literatura tem um lugar privilegiado. A leitura é para o intelecto o que o exercício é para o corpo. A literatura lida com palavras. Sons e sentidos são a matéria do prosador e do poeta, assim como a pedra e o bronze são a matéria do escultor.
José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal